

Deputados aprovam projeto dos combustíveis

Governo conseguiu incluir benefícios a setores e dispositivos que estabelecem uma trava para aumento de despesas da União

/ CONGRESSO NACIONAL

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o texto-base do projeto de lei complementar que reduz a tributação sobre os combustíveis (PLP 114/2026) e estabelece benefícios a vários setores, além de uma trava para aumento de despesas da União.

Inicialmente, a proposta tinha como objetivo apenas reduzir os impactos causados pelo choque no mercado internacional de energia em razão da guerra no Oriente Médio. Para isso, o texto estabelecia que, em 2026, a redução da tributação sobre os combustíveis poderia ser compensada por meio do aumento extraordinário de receita da União com a alta do petróleo.

Entretanto, o escopo do projeto foi ampliado após um acordo da equipe econômica do governo Lula (PT) com a relatora, deputada Ma-

rusa Boldrin (Republicanos-GO). Com isso, foi incluída uma lista de “jabutis”, ou seja, trechos que não têm conexão direta com o tema original da proposta. Há benefícios para os produtores de etanol, para produção de fertilizantes, para os minerais críticos e até para a Copa do Mundo Feminina de 2027.

Nem tudo envolve gasto direto da União, mas há previsão de uma espécie de subvenção retroativa para os produtores de etanol no limite de R\$ 1,2 bilhão; a renúncia tributária com o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, de R\$ 200 milhões a R\$ 1 bilhão por ano de 2027 a 2031; e a possibilidade de adiantar até R\$ 3 bilhões destinados à saúde e educação do Fundo Social de 2027 para este ano.

O governo também conseguiu incluir dispositivos que estabelecem uma trava para aumento

de despesas da União. Segundo o texto, a partir de 2026, caso o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) que antecede o envio do Orçamento aponte para um déficit primário do governo central, fica vedado, no ano seguinte, o crescimento de despesa primária resultante de vinculações acima do limite de despesas para o Executivo. Isto é, o limite do arcabouço fiscal, que está em 2,5%.

Além dessa restrição, também há a proibição da contabilização das receitas de petróleo para calcular a programação de receitas vinculadas à receita corrente líquida (RCL) do País. O dispositivo é restritivo porque, sem a arrecadação com o óleo e gás, a RCL tende a ser menor, logo, o crescimento daquela despesa indexada a ela, também.

Os gatilhos só poderiam ser



THIAGO CRISTINO/CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC

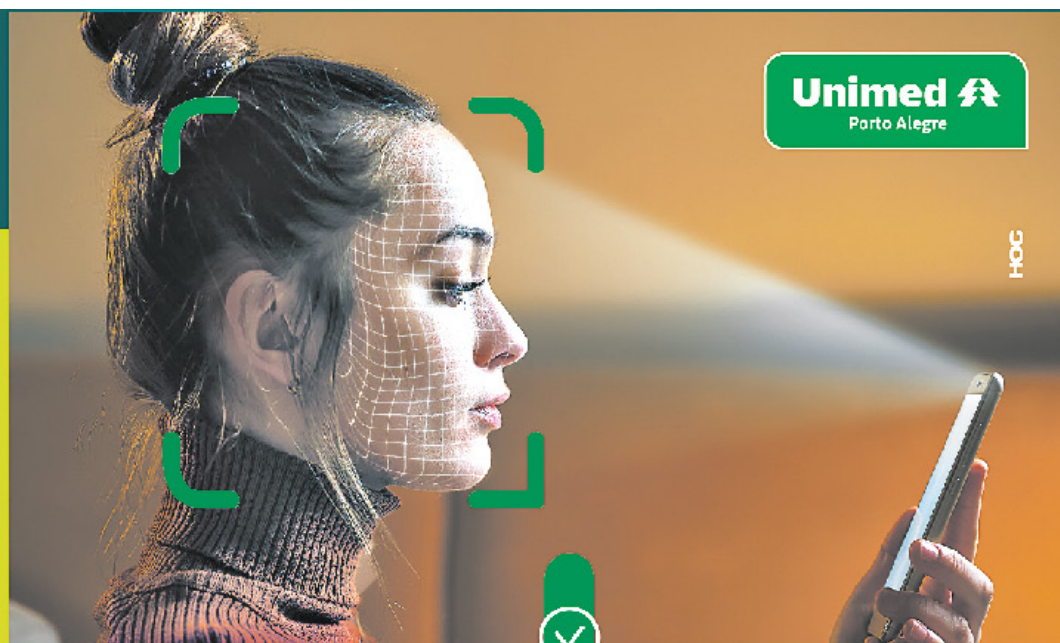
Escopo da proposta foi ampliado após acordo firmado com a relatora

retirados depois que o governo conseguisse apurar um superávit primário anual. Essa trava foi negociada pelo governo justamente para compensar os jabutis incorporados ao projeto, que têm elevado custo fiscal.

No substitutivo apresentado nesta quarta-feira, Marussa Boldrin justificou que a ampliação é necessária “porque os efeitos do choque energético internacional não se limitam ao preço dos combustíveis”.

**BIOMETRIA
FACIAL**

**O nosso
cuidado agora
reconhece você.**



Unimed
Porto Alegre

HOC

Pensando na sua tranquilidade e praticidade, a Unimed Porto Alegre trouxe uma inovação: a identificação por biometria facial.

Ela será solicitada durante o atendimento inicial que você já conhece, aumentando sua segurança e tornando sua entrada na consulta ainda mais rápida.

O registro é rápido e leva menos de um minuto:



Escaneie o QR Code disponível na recepção



Permita o acesso à localização no celular



Digite seu CPF e confirme seus dados



Tire uma selfie rápida para a biometria



Pronto! É só informar o código gerado à secretária

**Assim, unimos tecnologia e cuidado para que
a sua experiência em nossa rede seja a melhor possível.**

ANS - nº 352501